

FALA SOBRE A MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM GOIÁS

Em 12/05/1939, logo após a edição do Decreto-lei nº 1.237/1939 que criou a Justiça do Trabalho, foi instalada em Goiás, a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento em Goiânia, precursora da 1ª VT de Goiânia. Para presidi-la foi nomeado o Dr. Paulo Fleury da Silva e Souza¹, em 23/04/1941.

No início da década de 1980 a 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Goiânia funcionavam, na Av. Goiás, (atualmente) nº 3.282, (viela do Bradesco) no Centro.

Posteriormente, as Juntas de Conciliação e Julgamento de Goiânia passaram a funcionar, na Rua 88, nº 25, Setor Sul, ao lado da Praça do Cruzeiro, local onde permaneceram até 1992, quando o Tribunal adquiriu sua sede própria, no Setor Bueno.

Em 1960, a jurisdição do TRT da 3ª Região passou a abranger o então recém-criado Distrito Federal em Brasília.

Em 1981, veio a ser criado o TRT da 10ª Região (Lei nº 6.927, de 07/07/1981) com sede em Brasília e jurisdição no Distrito Federal, **Goiás**, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em 1989, 50 anos após a criação da Justiça do Trabalho, foi criado o TRT da 18ª Região (Lei nº 7.873, de 09/11/1989).

O TRT18 18ª Região foi instalado em 30/11/1990, tendo como Presidente-Instalador, o Desembargador Octávio José de Magalhães Drummond Maldonado, que exerceu o cargo por dois meses (de 30/11/1990 a 29/01/1991) e declinou da Presidência em favor de um magistrado goiano que pudesse fazer a instalação da novel Corte Trabalhista.

Foi eleito como Presidente do TRT da 18ª Região para o primeiro

¹ O Dr. Paulo Fleury da Silva e Souza foi nomeado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, de acordo com o Decreto nº 6.596/40. Cópia do termo de nomeação do Dr. Paulo Fleury encontra-se no Centro de Memória que leva o seu nome, no TRT da 18ª Região.

biênio, de 30/01/1091 a 28/01/1993, o Desembargador Luiz Francisco Guedes de Amorim, em vaga do quinto constitucional destinada à advocacia.

O então recém-criado Tribunal Trabalhista Goiano teve como primeiro endereço a 5ª Avenida, nº 1.010, Vila Nova. Logo depois foi mudado para a Av. Portugal, nº 935, Setor Marista, onde funcionava a SUDECO.

Em 1992, quando era Presidente o Desembargador Luiz Francisco Guedes de Amorim, foi adquirido o imóvel onde se encontra a atual sede própria do Tribunal, situada no Setor Bueno, mediante desapropriação feita pela União em desfavor do Bradesco, que adquirira esse imóvel em decorrência da liquidação do Agrobanco, onde originariamente havia sido a sede administrativa do grupo Sebba.

Naquela época o Governador Ronaldo Caiado era Deputado Federal, o qual "comprou a briga" no Congresso Nacional em favor do TRT de Goiás.

Quando o TRT da 18ª Região foi criado contava em sua estrutura com 8 magistrados, sendo 4 de carreira, 2 do quinto constitucional (MPT e OAB) e 2 classistas (um de empregadores e um de empregados).

Hoje o Tribunal Trabalhista de Goiás é integrado por 14 Desembargadores, tendo na sua composição: o Tribunal Pleno e 3 Turmas de 4 magistrados cada, delas não participando o Presidente, nem o Vice Presidente Corregedor.

No 1º grau a 18ª Região da Justiça do Trabalho conta com 96 Juízes distribuídos e 48 Varas do Trabalho e 3 Postos avançados, cobrindo todo o território goiano.

Além disso, o Tribunal dispõe do Programa Justiça do Trabalho Itinerante, o qual foi implementado mediante convênio firmado com o TRE em 2008, na minha gestão, possibilitando a utilização dos cartórios eleitorais para o ajuizamento de ações e a realização de audiências trabalhistas, em localidades

distantes das sedes das Varas do Trabalho.

No ano de 2021 a movimentação processual do TRT18 (GO) foi de 55.869 processos recebidos e 61.257 processos solucionados no 1º grau, e de 19.841 processos recebidos 17.569 processos solucionados no 2º grau

Importante marco para a história da Corte Trabalhista Goiana foi a aquisição dos 6 últimos lotes necessários para fechar o quarteirão e viabilizar a construção do Complexo Trabalhista do TRT18.

O Ed. Ialba-Luza Guimarães de Mello, primeiro prédio desse complexo arquitetônico, foi construído na gestão da Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque foi inaugurado em 2006.

Atualmente o Ed. Ialba-Luza é ocupado pelo TRE, mediante cessão pelo TRT, a título não oneroso.

No 1º trimestre de 2007, também na minha gestão, do foi realizada a licitação nacional para a escolha do Projeto Arquitetônico do Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região. Em 10/12/2007, foi lançada a pedra fundamental que marcou o início da construção da obra.

Em 30/11/2020 foi inaugurado o Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região, com área construída total de 78.652,93 m², distribuídos em 3 edifícios distintos, onde estão instaladas todas as Unidades do Tribunal, tanto administrativas, quando judiciárias, de 1º e 2º grau. O Complexo dispõe de 7 auditórios com capacidade total para acomodar 1.319 pessoas sentadas, há um total de 616 vagas de estacionamento para carro, 61 vagas para moto e 35 vagas para bicicleta.

Com o objetivo de preservar a história da Justiça do Trabalho em Goiás está sendo lançado o livro intitulado "Memórias do TRT de Goiás".

Esse é o resultado de um projeto idealizado no âmbito do Centro de Memórias do nosso Tribunal pela servidora Ariony Castro que trará a público narrativas textuais e visuais sobre a história do TRT da 18ª Região.

A obra tem como fio condutor os relatos colhidos pelo Programa História Oral, em que as pessoas entrevistadas protagonizaram e/ou testemunharam a criação, expansão e consolidação do TRT de Goiás.

São narrativas que associam suas próprias histórias de vida à trajetória de institucionalização do TRT18, constituindo-se, pois, em ricas vivências que merecem ser compartilhadas tanto com o público interno quanto com o externo.

Além dos depoimentos, o livro também traz imagens do acervo permanente mantido pelo Centro de Memória e inúmeros recursos de interatividade, na esteira das principais obras digitais hoje publicadas no Brasil.

O Programa História Oral teve início em 2014, e já conta com 78 entrevistas disponibilizadas no YouTube do TRT 18 em forma de playlist.

Já foram entrevistados ministros, desembargadores, juízes, Membros do MP, advogados e servidores que atuaram ou atuam na seara trabalhista, os quais, a seu modo e tempo relatam a trajetória e a evolução da JT em Goiás.

Para este ano de 2022 outras 18 entrevistas estão sendo executadas.